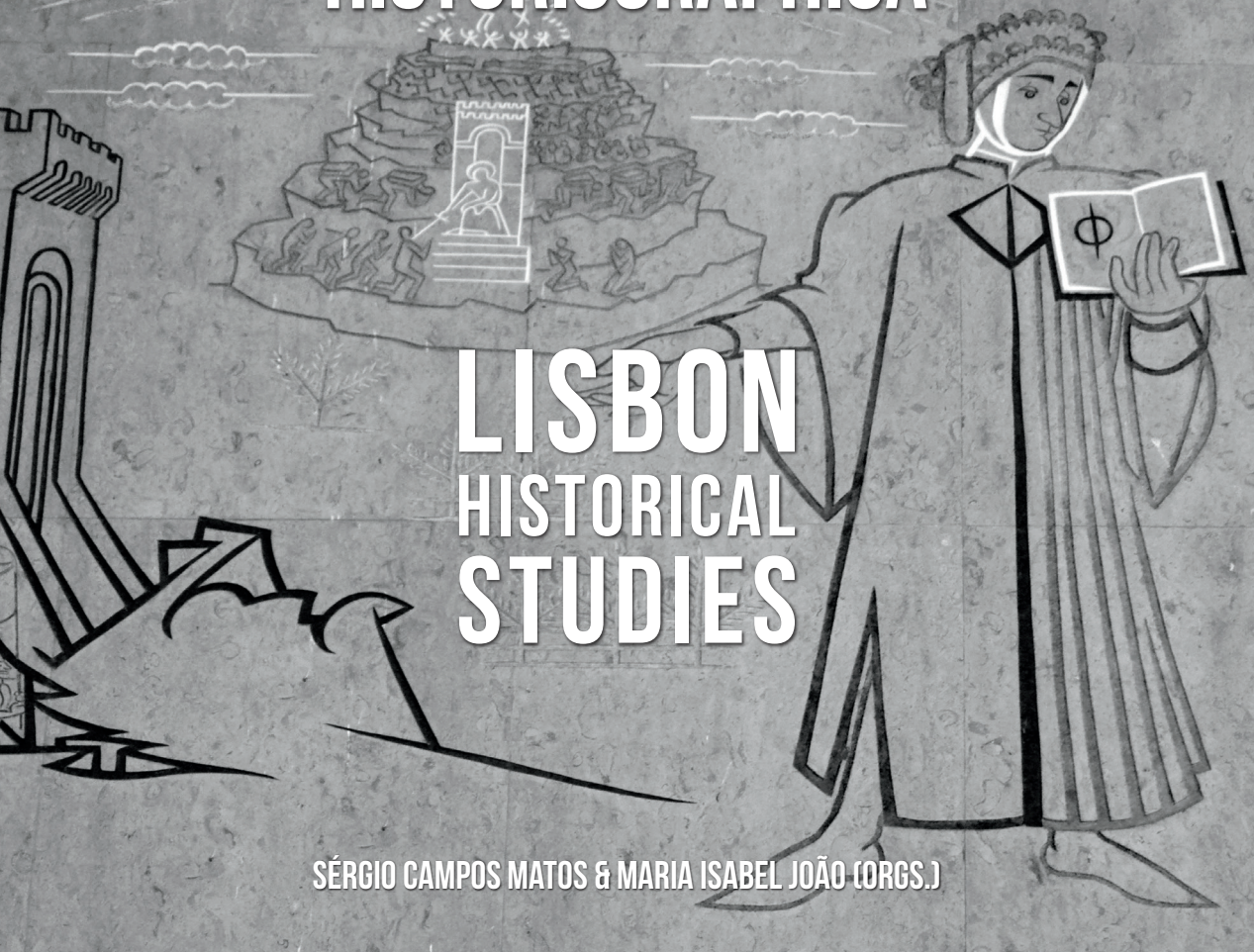


HISTORIOGRAPHICA



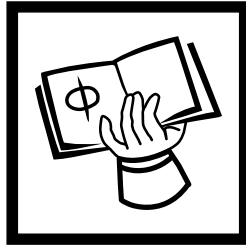
LISBON HISTORICAL STUDIES

SÉRGIO CAMPOS MATOS & MARIA ISABEL JOÃO (ORGS.)

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*

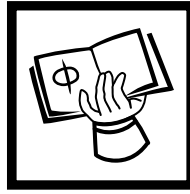


CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA* NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS

Sérgio Campos Matos & Maria Isabel João (orgs.)

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

CEMRI  **UAb**
CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta

2017

**Título | Title**

Historiografia e *Res Publica*
Nos dois últimos séculos

Direcção da Colecção | Series Editors

Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

Organização | Organisation

Sérgio Campos Matos & Maria Isabel João

Editor | Editor

Sérgio Campos Matos

Assistentes de Edição | Editorial Assistants

Gonçalo Matos Ramos, Ricardo de Brito

Comissão Editorial | Editorial Board

Luís Filipe Barreto, Valdeí Araújo

Capa | Frontcover

Detalhe da representação da Divina Comédia de Dante Alighieri. Almada Negreiros, 1961. Pórtico da entrada da Faculdade de Letras. Arte parietal, gravuras incisas coloridas sobre parede revestida a cantaria de calcário, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fotografia de Armando Norte.

Frontispício | Frontispiece

Detalhe de Cabeça Mecânica (O Espírito da Nossa Era). Raoul Hausmann, c. 1920. Montagem. Paris, Musée National d'Art Moderne, Centre Pompidou.

Contra-capas | Backcover

Musa (Clio?) lendo um volumem. Pintor de Klügmann, c. 435-425 BCE (Beócia?). Lekythos, cerâmica ática de figuras vermelhas, Museu do Louvre, CA 220.

Historiografia – História Contemporânea – Memória | 930(469) MAT.S

Editora | Publisher

Centro de História da Universidade de Lisboa & Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta | 2017

Concepção Gráfica | Graphic Design

Bruno Fernandes

Impressão Gráfica | Printing Shop

Sersilto-Empresa Gráfica Lda.

ISBN 978-989-8068-22-4

Tiragem 300 exemplares

P.V.P. 15,00€

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600-214 LISBOA / PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63
URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com>



This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology, under project UID/HIS/04311/2013 and project PEST-CE/SADG/UID289/2014.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA. Copyright for authors and editors remain as reserved according to the aforementioned license and complying with the FCT directive "Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projectos de I&D Financiadas pela FCT (05/05/2014)".



ÍNDICE

- 11 SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS
Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

25 I - HISTÓRIA, TEMPO, CIDADANIA

- 27 O HISTORIADOR NA CIDADE: HISTÓRIA E POLÍTICA
Fernando Catroga

- 89 HISTOIRE GLOBALE, HISTOIRE NATIONALE?
COMMENT RÉCONCILIER RECHERCHE ET PÉDAGOGIE
Christophe Charle

- 115 AS FORMAS DO PRESENTE.
ENSAIO SOBRE O TEMPO E A ESCRITA DA HISTÓRIA
Temístocles Cezar

- 131 CONTINUIDADES E RUPTURAS HISTORIOGRÁFICAS:
O CASO PORTUGUÊS NUM CONTEXTO PENINSULAR (C.1834 - C.1940)
Sérgio Campos Matos

161 II - DIRECÇÕES DE ESTUDO

- 163 MODERNIZAÇÃO E BLOQUEIOS:
PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
NA MEMÓRIA HISTÓRICA
José Luís Cardoso

- 183 A HISTÓRIA SOCIAL EM PORTUGAL (1779-1974)
ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO DE PESQUISA
Nuno Gonçalo Monteiro

- 203 ESPIRITUALIDADE E RELIGIÕES:
UNIVERSOS DE MOTIVAÇÃO E DE CRENÇA
António Matos Ferreira

217 AS MIGRAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA (1779-1974)
Jorge Fernandes Alves

241 O IMPÉRIO E AS SUAS METAMORFOSES NA HISTORIOGRAFIA
Diogo Ramada Curto

253 A HISTORIOGRAFIA NO ÂMBITO DOS ESTUDOS REGIONAIS
Maria Isabel João

283 III - PERIODISMO E HISTÓRIA

285 HISTÓRIA, OPINIÃO PÚBLICA E PERIODISMO
José Augusto dos Santos Alves

309 DIVULGAR O CONHECIMENTO HISTÓRICO
AS PUBLICAÇÕES COLECTIVAS DA ACL SOB O LIBERALISMO (1820-1851)
Daniel Estudante Protásio

337 O CONTRIBUTO D' O PANORAMA NA DIVULGAÇÃO HISTÓRICA
EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX (1837-68)
Ricardo de Brito

355 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA NA VÉRTICE
DURANTE O ESTADO NOVO (1942-1974)
José de Sousa

375 OS ARQUIVOS DO CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS (1969-1993):
UMA "COLECTÂNEA ERUDITA" AO SERVIÇO DA HISTÓRIA
Andreia da Silva Almeida

403 A HISTÓRIA DE PORTUGAL NA SEARA NOVA:
A BUSCA NO TEMPO PASSADO PARA A CONSTRUÇÃO
DE UM PRETENDIDO FUTURO
Joaquim Romero Magalhães



III - PERIODISMO E HISTÓRIA

DIFERENTES CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA NA *VÉRTICE* DURANTE O ESTADO NOVO (1942-1974)*

José Sousa

Bolseiro de doutoramento FCT, ICS-ULisboa
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História

Com publicação ininterrupta entre 1942 e 1986 (a nova série só foi retomada dois anos depois, prolongando-se até ao presente), a *Vértice* ocupou um lugar de relevo na cultura portuguesa do século XX. Para além da longevidade assinalável para uma revista com as suas características, talvez só comparável à *Seara Nova*, essa relevância justifica-se também por se ter afirmado como um dos principais espaços de oposição cultural ao Estado Novo e onde se desenvolveram trajectos, por vezes diversos e conflituosos, que exprimiram sobretudo mundividências de inspiração

* Este artigo tem por base o verbete publicado no *Dicionário de historiadores portugueses* (http://dichp.bnportugal.pt/periodicos/periodicos_vertice6.htm). Embora se tenha mantido a sua estrutura, foram aprofundadas algumas ideias e acrescentadas outras informações e referências bibliográficas.

marxista e de um geral ímpeto renovador no campo cultural. A sua importância reside ainda nos diferentes domínios do saber que contemplou nas suas páginas: literatura, crítica cinematográfica e teatral, artes plásticas, música, economia, história, entre outros assuntos glosados por alguns dos mais destacados intelectuais da época.

Os primeiros anos da revista coimbrã não deixavam antever a longevidade e importância que veio a ter. Entre 1942 e 1944 foram apenas publicados três números num contexto de extremas dificuldades financeiras e de indefinição face ao futuro imediato da publicação. E se é verdade que essas dificuldades se mantiveram ao longo da sua existência, a partir de 1945 a *Vértice* seguiu um novo rumo. Foi nesse ano adquirida por um conjunto de jovens intelectuais ligados ao neo-realismo (Arquimedes Silva Santos, Carlos de Oliveira, João José Cochofel, Rui Feijó e Joaquim Namorado) que lhe imprimiram uma nova vitalidade, desde logo evidente nos primeiros editoriais que definiam também as novas directrizes programáticas¹. Se em 1942 foi possível a publicação de um artigo sobre a cultura alemã do lusitanista Albin Eduard Beau – apologético do nazismo e com referências a Hitler e ao espaço vital alemão² – no pós-guerra a *Vértice* assumiu um programa cultural e político explícito, notório logo no apoio às reivindicações do MUD para a realização de eleições livres³. Assim, a opção de adquirir uma revista já existente, com a manutenção do título e do anterior director, visou sobretudo iludir as instituições censórias. Após a suspensão de várias revistas culturais com significativa presença do ideário marxista no início dos anos quarenta, a iniciativa deste grupo dava resposta às preocupações do sector intelectual do PCP de Coimbra que notava a ausência de uma tribuna onde pudessem transmitir as suas ideias⁴.

Com o final da II Guerra Mundial, a *Vértice* assumiu um projecto de renovação cultural que tinha como principal objectivo o estudo e combate aos principais problemas nacionais, fossem eles económicos, sociais ou educativos. Mais do que uma “revista de cultura e arte”, designação que surgia no cabeçalho da revista, a *Vértice* pretendia contribuir para a criação de uma “cultura útil”, na qual a teoria se

1 Daniel Pires - “Vértice”, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1941-1974)*, vol. II, 2º. Tomo. Lisboa : 2000, p. 594-599.

2 Albin Eduard Beau - “Na Alemanha. Tendências fundamentais da cultura alemã”. *Vértice*, n.º1, Maio 1942, pp. 56-59.

3 “O país e as eleições”, *Vértice*, n.ºs 17-21, Novembro 1945, pp. 1-4.

4 Luís Andrade - *Intelectuais, utopia e comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*. Lisboa, 2010, pp. 160-1.

deveria aliar à prática e o estudo dos problemas nacionais à acção para a resolução dos mesmos⁵. Daí que, a par da divulgação desta concepção de cultura, os principais esforços iniciais da *Vértice* fossem os de definição da função social daqueles que iriam desenvolver esse projecto, os intelectuais, e a crítica ao alheamento e resignação destes perante os problemas de grande parte dos portugueses⁶.

Um dos principais usos da história na *Vértice*, evidente sobretudo nos primeiros anos, foi o de legitimar esta função atribuída aos intelectuais. Luís de Albuquerque, então muito interessado na história da educação em Portugal, escreveu em 1947 artigos sobre Luís António Verney e José Anastácio da Cunha, dois exemplos de resistência cultural e de modernidade científica e filosófica no contexto português do século XVIII, dominado pelo conservadorismo e pelas ideias retrógradas nas suas instituições de ensino. Embora sem o referir, a analogia com os anos 40 do século XX está implícita. Bem como a ideia de que Verney teria defendido uma aproximação ao realismo na sua crítica literária e artística e que se tinha batido pela democratização do ensino⁷. Porventura mais explícita das dimensões heroica, patriótica, progressiva e popular que se queria atribuir aos intelectuais é o artigo que Armando Bacelar, sob o pseudónimo de Inês Gouveia, dedicou a Leonor da Fonseca Pimentel. Nascida em Roma mas sem nunca perder “o interesse pelas coisas da sua pátria de origem”, tinha frequentado a corte de Nápoles e fora uma acérrima defensora da necessidade de apostar na educação popular. Apanhada na conturbada situação política desse reino no final do século XVIII, tinha sido condenada à forca por traição à monarquia borbónica. Antes de morrer, “a sua última saudação foi para o povo”⁸.

Esta legitimação pela história do papel a desempenhar pelos intelectuais na sociedade inseriu-se numa mais ampla leitura do passado, assente na imagem de um Portugal fracturado por uma contradição fundamental entre o progresso e o obscurantismo ou entre a modernidade e a contra-modernidade⁹. A estas duas

5 “Missão de uma revista de cultura”, *Vértice*, n.ºs 17-21, Novembro 1945, pp. 60-71.

6 “Cultura e acção”, n.ºs 27-30, *Vértice*, Março 1946, pp. 3-6.

7 Luís de Albuquerque - “Verdadeiro Método de Estudar e Luís António Verney”, *Vértice*, n.º 45, Abril 1947, pp. 358-362.

8 Armando Bacelar - “Leonor da Fonseca Pimentel. Uma portuguesa mártir no reino de Nápoles”, *Vértice*, n.º 141, Junho 1955, 348-52.

9 José Neves - “Marxismo”, in Sérgio Campos Matos (coord.), *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo* [em linha]. s/d. [consult. 5 Nov. 2014]. Disponível na internet: <http://dichp>.

tradições não estavam apenas associadas determinadas personalidades da história portuguesa mas também diferentes tempos históricos. Readaptava-se a teoria da decadência esboçada já no século XIX, segundo a qual, após o tempo áureo dos Descobrimentos e expansão ultramarina, Portugal tinha entrado num longo período de obscurantismo a partir da segunda metade do século XVI, só contrariado pela recuperação na “fase heroica do liberalismo”. Ainda no século XIX, tinha-se instalado um novo ciclo de estagnação, que nem a República conseguira alterar¹⁰.

Esta não era, contudo, uma visão fatalista da história nacional. Para além da legitimação histórica da intervenção intelectual segundo os princípios já referidos, outra das mais relevantes missões que a *Vértice* atribuiu aos seus colaboradores foi a de “ressuscitar” essa tradição progressiva tal como enunciava Fernando Piteira Santos nas suas páginas: “nós, que descobrimos a pátria na sua autenticidade histórica e popular, temos o dever de ressuscitar as nobres e progressivas tradições da grei”¹¹.

Sobretudo a partir dos anos 40, os historiadores com ligações aos movimentos oposicionistas de inspiração republicana e/ou marxista assumiram como uma das prioridades da sua intervenção na imprensa periódica a definição de uma memória colectiva entendida como resposta à influência que, nesse domínio, o Estado Novo exercia, sobretudo através do comemorativismo histórico que era frequentemente utilizado a favor da sua própria celebração. Coartadas outras formas de oposição ao regime, as disputas pela apropriação do passado nacional assumiram uma dimensão relevante no processo de diferenciação e identificação de projectos político-ideológicos alternativos na sociedade portuguesa. A interpretação do passado nacional sob a dialéctica progresso/obscurantismo não deixa de dar conta da forma como a direcção da *Vértice* percepcionava a situação política presente. Também Jorge Borges de Macedo, a propósito do centenário da revolução de 1848 em França, reflectia sobre a construção da memória colectiva nas sociedades contemporâneas. Num texto que recorria a alguns dos conceitos operatórios e pressupostos teóricos característicos do marxismo, Borges de Macedo dava conta da existência de uma multiplicidade de heranças históricas que variavam consoante

bportugal.pt/tematicas/tematicas_marxismo.htm.

10 “Cultura portuguesa”, *Vértice*, n.ºs 30-35, Maio 1946, pp. 81-85.

11 Fernando Piteira Santos - “Um nacionalismo popular”, *Vértice*, n.ºs 56-57, Abril – Maio 1948, p. 372.

a “zona social” ou os “sectores sociais” presentes. Desse modo, “é na atmosfera de um certo «presente» que se escolhe um certo «passado» para comemorar”, concluindo que não havia uma só tradição, “o passado não é igual para todos, como o não é o presente”¹².

A construção de uma memória colectiva alternativa na *Vértice* privilegiou certos momentos-chave do passado nacional – 1383-85, 1580, 1640, invasões napoleónicas, entre outros – onde a resistência do povo, a libertação da dominação estrangeira e a traição das classes privilegiadas se afiguravam como centrais na narrativa nacionalista e popular que pretendiam difundir. Era sobretudo ao “português anónimo”, e não apenas a um conjunto restrito de homens eminentes, a quem cabia a construção da consciência nacional¹³. Tinha sido o povo quem, nas grandes crises nacionais, tinha manifestado maior consciência nacional¹⁴. A nação e a sua independência eram apresentadas como obra do povo português, ao mesmo tempo que à nobreza e ao clero era frequentemente apontada a traição da consciência e independência nacionais em prol dos seus próprios interesses de classe, perspectiva enfatizada por vários colaboradores da *Vértice*, entre os quais Fernando Pinto Loureiro e Joaquim Namorado¹⁵.

A evocação de destacadas figuras da história da cultura nacional que, como se viu, visou sobretudo legitimar o perfil intelectual que a *Vértice* vinha difundido através dos seus editoriais, não implicava que a elas se atribuisse especial destaque na transformação histórica. Contudo, se um dos principais combates da historiografia marxista (mas não só) era dirigido à teoria dos grandes homens enquanto agentes de mudança, tal não implicou necessariamente o abandono de ideias voluntaristas no devir histórico. Para além do materialismo histórico e do papel da luta de classes, a assunção do povo enquanto herói colectivo responsável pelo progresso e pela

12 Utiliza, entre outros, os conceitos de “lei de produção” e “regime económico feudal”. Afirma ainda nesse artigo que “será segundo as vias marcadas pelas novas forças mecânicas de produção que a evolução política, social, económica e ideológica se irá desenvolver” (J. Borges de Macedo, “A revolução de 1848 em Portugal”, *Vértice*, n.ºs 56-57, Abr – Mai. 1948, p. 337). Este artigo esteve na origem de uma carta enviada por Luís de Albuquerque e na qual lhe chamava a atenção para a necessidade de “camuflar a pilula”, numa alusão clara à possibilidade de o artigo vir a ser censurado (ANTT/PIDE/DGS processo n.º 1151/47-SR NT 2605 Jorge Borges de Macedo).

13 “O país e as eleições”, *Vértice*, n.ºs 17-21, Novembro 1945, pp. 1-4.

14 “Povo e cultura”, *Vértice*, n.ºs 22-26, Fevereiro 1946, pp. 1-3.

15 Fernando Pinto Loureiro - “A «deputação portuguesa» a Baiona e o que pediu a Napoleão”, *Vértice*, n.º 47, Junho 1947, pp. 135-153; Joaquim Namorado - “No alvorecer da Restauração. A rebelião do «Manuelinho de Évora””, n.º 76, Dezembro 1949, pp. 313-317.

construção da nação está presente em vários artigos da *Vértice*. Rui Feijó, um dos mais activos colaboradores da revista, defendia mesmo que “o herói faz a história”, ou seja, imprime um cunho específico a determinado momento histórico desde que a sua acção não “contrarie as forças colectivas onde se insere”. Todavia, na sua opinião, a história era sobretudo o resultado do “esforço colectivo do homem em marcha”¹⁶. Também Mário Braga, ao procurar compreender os diferentes desfechos em 1383 e 1580, centrava a sua explicação no papel do povo nesses dois momentos, desvalorizando um conjunto de causas explicativas que incluíam a ideia de nacionalidade, o papel da nobreza, factores económicos ou mesmo a diferente relação de forças militares em 1383 e 1580: “apenas uma análise da actuação do povo, num e noutro dos momentos, nos habilitará a formular uma resposta”¹⁷.

Os exemplos até aqui referidos inserem-se numa concepção de história sobretudo com intuítos pedagógicos (de exemplos morais a seguir ou a rejeitar) e cívicos e inscrevem-se igualmente nos processos de edificação, divulgação e fundamentação dos projectos culturais marxistas em Portugal. Não obstante, a *Vértice* foi também um espaço privilegiado para o desenvolvimento de outro entendimento da história que, embora relacionado com o anteriormente referido, centrava-se sobretudo num conjunto de reflexões epistemológicas, abordagens metodológicas e práticas historiográficas que se assumiam como científicas e que se associavam às ideias de rigor, verdade e objectividade no estudo do passado. Não raras vezes, essa reivindicação da cientificidade da história adquiriu um cariz exclusivista, reservando aos historiadores “científicos” a missão de denunciar uma historiografia “metafísica” ou “idealista”, tida como ideológica. Neste sentido, o carácter científico da história esteve muitas vezes associado à adopção de uma teoria global que enfatizava o papel condicionante dos factores económicos e dos fenómenos “infraestruturais” sobre os fenómenos “superestruturais”, metodologia essa que incorporava igualmente o conceito de “leis económicas” e consequentes “nexos adequados entre causas e efeitos”¹⁸. Esta associação entre história científica e materialismo histórico levaria a uma releitura da tradição historiográfica nacional,

16 Rui Feijó - “A nação faz-se todos os dias”, *Vértice*, n.º 67, Março 1949, p. 167.

17 Mário Braga - “O povo e as crises nacionais”, *Vértice*, n.º 80, Abril 1950, pp. 197-205

18 Victor de Sá - “Economia e história”, *Vértice*, n.ºs 214-215, Julho – Agosto 1961, pp. 455-460.

enaltecendo-se os historiadores – que iam de Fernão Lopes até Lúcio de Azevedo – que haviam atentado nos factores económicos e na história dos agrupamentos sociais. Também a historiografia contemporânea foi interpretada à luz desta concepção científica da história. Flausino Torres, por exemplo, considerava Armando Castro “o primeiro historiador científico português”¹⁹.

Ao contrário do que foi até aqui destacado, com a adopção do materialismo histórico a dimensão voluntarista que explicava as mudanças no passado tendeu a ser relativizada ou, numa perspectiva mais determinista, suprimida nas interpretações historiográficas. Ao longo dos anos 40 e 50 destaca-se o caso de António José Saraiva que, numa crítica ao idealismo de António Sérgio, punha definitivamente em causa qualquer ideia voluntarista no estudo do passado: “O sujeito determina-se na medida em que conhecemos o objecto. Tudo se reduz portanto a conhecer o objecto”. A ênfase no cariz materialista do devir histórico pretendia aproximar a história dos métodos e objectivos científicos: desde que se retirasse da construção historiográfica a “nossa consciência subjectiva”, poder-se-ia atribuir ao homem “um comportamento previsível, redutível à estatística”²⁰. Curiosamente, apesar da defesa acérrima destas ideias, António José Saraiva nunca privilegiou a investigação nos domínios da história económica, partindo, ao invés, da análise de fenómenos culturais para compreender a realidade segundo o modelo teórico por ele perfilhado²¹. Tal como confidenciou Eric Hobsbawm sobre o seu próprio percurso inicial, mais do que a questão da transição dos modos de produção, interessava-lhe sobretudo compreender como um aspecto específico dos fenómenos superestruturais se ligava aos mecanismos fundamentais que estavam na base da sociedade²². Neste período, António José Saraiva afirmou-se também como uma das principais referências no domínio da reflexão e difusão teórica do marxismo. Noutro artigo, significativamente intitulado “Determinismo e história”, aprofundava essa sua noção científica da história ao defender que “explicar os

19 Flausino Torres - “A propósito da história do povo português”, *Vértice*, n.ºs 250-251, Julho – Agosto 1964, pp. 412-425.

20 António José Saraiva - “Sobre a 2ª edição dos Ensaios de António Sérgio”, *Vértice*, n.º 81, Maio 1950, pp. 279-288.

21 Ver, por exemplo, “A obra de Júlio Diniz e a sua época”, *Vértice*, n.º 67, Março 1949, pp.137-151.

22 Eric Hobsbawm - *Interesting times. A twentieth-century life*. Londres, 2010, p. 97.

fenómenos sociais, introduzir neles o pressuposto da previsibilidade, é afinal reduzi-la às leis do determinismo da matéria”. Nesse sentido, o conhecimento histórico não possibilitava apenas a identificação diacrónica dos problemas estruturais das sociedades mas igualmente a sua transformação futura, mediante a capacidade dos historiadores desvendarem as “leis” que condicionavam a acção humana, constituindo, por isso, “um instrumento de aceleração do progresso”²³.

Nem todos assumiram ortodoxamente o materialismo histórico divulgado pelas teses de inspiração marxista-leninista. Fernando Piteira Santos, por exemplo, saindo em defesa das críticas à “retórica do concreto”, de que se falará mais adiante, afirmava que “as ideias dos homens são também uma força”, questionando, ironicamente, se “será necessário que um *materialista estreito* venha lembrar à grei, discretissimamente, esse valor concreto das ideias”²⁴. Também Borges de Macedo pôs em causa a necessidade de “expurgar” os preconceitos ideológicos de uma historiografia “idealista”. É que se a história era uma ciência, também era testemunho, na medida em que o historiador transportava para a historiografia a sua condição presente, os seus problemas e o ambiente do seu tempo. Embora esta ideia fosse comumente aceite, Borges de Macedo não considerava que essa presença do historiador fosse um obstáculo à obtenção da “verdade histórica”. Para além da psicologia histórica que agiria como “elemento corrector”, a verdade era antes o resultado das “parcialidades objectivas” e da acumulação de interpretações historiográficas que dariam uma ideia mais ampla da experiência humana²⁵.

Estas diversas reflexões teóricas não foram o único meio para afirmar o valor científico da história. A *Vértice* foi também um espaço onde se exerceram práticas historiográficas características do processo de profissionalização e seus correspondentes métodos que a aproximavam do intuito científico que lhe está associado. Não era raro serem publicados na *Vértice* documentos inéditos da história portuguesa, sobretudo correspondência de escritores do século XIX; textos de aparato erudito, com recurso a notas de rodapé, alguns dos quais eram traduções

23 António José Saraiva - “Determinismo e história”, *Vértice*, n.º 99-101, Novembro-Janeiro 1951-2, pp. 572-3.

24 Fernando Piteira Santos - “A retórica do concreto e outras retóricas...”, *Vértice*, n.º 55, Março 1948, p. 237.

25 Jorge Borges de Macedo - “Parcialidade e objectividade em história”, *Vértice*, n.º 123, Novembro-Dezembro 1953, pp. 655-7.

de artigos publicados em revistas de história – caso, por exemplo, de um artigo de Vitorino Magalhães Godinho, publicado originalmente nos *Annales*²⁶; recensões a revistas especializadas de história, sobretudo dos *Annales* e da *Revista de História* de São Paulo, realizadas ao longo de vários números por Rui Feijó; recensões a congressos científicos; publicação de excertos de capítulos de livros e de teses universitárias.

Uma das práticas historiográficas privilegiadas foi a realização de críticas bibliográficas. Estas assumiam-se muitas vezes como instrumento de aproximação da teoria à prática historiográfica, como exercício ordenador do discurso. Esse intuito esteve presente em duas recensões que António José Saraiva fez a livros do seu amigo Óscar Lopes, ao lamentar uma certa propensão para a interpretação psicológica que destoava da perspectiva sociológica, dando assim um “ecletismo incongruente” a um desses livros²⁷. Noutro sentido, na análise que Augusto da Costa Dias fez à *Inquisição Portuguesa* de António José Saraiva, enaltecia-se essa total conformidade entre a teoria e a prática, ao ponto de se afirmar que o conhecimento exacto das “leis do desenvolvimento social” conferia um carácter definitivo a essa história que posteriores aprofundamentos “mais não fará que confirmá-la e enriquece-la em pormenor”²⁸.

As recensões foram igualmente um instrumento de demarcação relativamente a outras formas de escrever história, nomeadamente da história erudita – um “bom arquivo de factos”, como Alberto Ferreira caracterizava uma obra do pe. Mário Martins (n.º 172, Jan. 1958, 64) – ou dos “amadores de Clio” que não cumpriam uma série de requisitos prévios que caracterizavam a “profissão de historiador”, como lamentava Joel Serrão numa dessas recensões (n.º 95, Jul. 1951, 383-4). Dessa demarcação resultava a criação de uma noção, mais ou menos precisa, de identidade historiográfica, de uma “comunidade científica” de historiadores. De facto, muitas das recensões críticas na *Vértice* foram realizadas sobre obras de outros

26 Vitorino Magalhães Godinho - “Criação e dinamismo económico do mundo atlântico (1420-1670)”, *Vértice*, n.º 92, Abril 1951, pp. 149-154.

27 António José Saraiva, [recensões críticas a “Oliveira Martins e as contradições da geração de 70” e “Realistas e parnasianos”], *Vértice*, n.º 48, Julho 1947, p. 235.

28 Augusto da Costa Dias, [recensão crítica à “Inquisição Portuguesa” de António José Saraiva], *Vértice*, n.º 151, Abril 1956, pp. 169-73.

colaboradores. Numa recensão de Armando Castro à *Situação Económica no Tempo de Pombal* de Borges de Macedo – obra também analisada na *Vértice* por Joel Serrão – é-nos transmitida a ideia de “uma escassa meia dúzia de autores” que, “sem o apoio de academias ou universidades”, ia trabalhando no sentido de reduzir o abismo que separava as realizações concretas do “reconhecimento da verdadeira orientação científica” (n.º 107, Jul. 1952, 378).

Ao contrário da *Seara Nova*, foram muito poucas as polémicas que versaram sobre problemas de história na *Vértice*. Ainda assim, destaque-se a que ocorreu no início dos anos 50 entre Joel Serrão e Fernando Piteira Santos a propósito de Antero de Quental, dando, aliás, continuidade às polémicas iniciadas na *Seara* e que envolveram diversos colaboradores. De certa forma, esta polémica entre Piteira Santos e Joel Serrão opunha as duas concepções históricas acima referidas, uma com intuítos mais cívicos e pedagógicos e outra de orientação científica.

Em relação ao problema central aí levantado, a divergência encontrava-se latente desde 1947, muito embora se tivesse o cuidado de não referir especificamente os nomes que sustentavam as diferentes opiniões. Essa cautela deixa de fazer sentido alguns anos depois, já num contexto de aberta polémica entre colaboradores da *Vértice*, nomeadamente aquela que opôs sobretudo João José Cochofel e António José Saraiva na primeira metade da década de 50, conhecida como a polémica interna do neo-realismo²⁹.

Em 1947, alguns artigos vinham denunciando o espírito retórico que se encontrava presente nos jovens intelectuais progressistas. Rui Feijó, apoiando as ideias de um artigo publicado na *Seara Nova* por Rui Grácio, criticava essa “retórica do concreto”, que repetia “a necessidade do estudo concreto, mas só falando dele como necessidade sem, concretamente, lhe darem realização” (n.º 43, Jan. 1947, 230). No mesmo sentido, alguns meses depois, também Joel Serrão manifestava a mesma preocupação quando questionava: “vamos, de facto, estudar os nossos problemas? Ou julgaremos, antes, que a realidade nacional se transformará ao toque mágico da varinha de condão da nossa boa ou má retórica?”³⁰. Na resposta a estas posições,

29 João Madeira - “Os novos remexedores da história”, David Santos coord., *Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*. Vila Franca de Xira, 2007, pp. 304-331.

30 Joel Serrão - “Sobre a necessidade da investigação”, *Vértice*, n.º 50, Setembro 1947, pp. 353-5.

num artigo intitulado precisamente “A retórica do concreto e outras retóricas”, Piteira Santos valorizava “a atitude como atitude”, ou seja, mesmo que as ideias não se concretizassem num conhecimento mais profundo e numa reforma efectiva da sociedade, nem por isso deixavam de ser reais e consequentes: “as ideias dos homens ganham homens para as ideias”³¹.

Esta divergência ganha uma dimensão historiográfica na polémica de 1951-1952. Num artigo publicado na *Seara Nova* sobre “a compreensão de Antero”, Joel Serrão dava continuidade ao seu projecto de investigação sobre o oitocentismo português, muito marcado pela história das mentalidades dos *Annales*, que defendiam, sobretudo Lucien Febvre, a necessidade de encarar determinada época como uma totalidade em si mesma, possuidora de uma mentalidade própria, diferente da do tempo presente. Joel Serrão pretendia aplicar esse princípio ao estudo da época contemporânea portuguesa, precavendo com frequência os seus leitores dos perigos do anacronismo, especialmente sobre uma época tão próxima do presente. Alertava para o risco de se considerar Antero “nosso contemporâneo”, menosprezando-se todo o estudo cientificamente conduzido da mentalidade do homem de oitocentos, diferente, sob diversos aspectos, da mentalidade dos homens de 1950³². Embora sem o referir, Joel Serrão teria visado, segundo a interpretação de Piteira Santos, algumas interpretações feitas por si e por Manuel Mendes. Na sua mordaz resposta, Piteira Santos rejeitava qualquer acusação de anacronismo na sua interpretação, pois “a noção de seriedade, a noção de coerência, a noção de honra, não eram sensivelmente diferentes das do nosso tempo. E já então era costume, e dever, honrar os compromissos políticos”³³. Pretendia, “sem violentarmos a História-ciência”, demarcar-se da perspectiva “cientificamente conduzida” de Joel Serrão. Ao invés, era o exemplo e a validade actual de Antero que lhe interessava, acusando Joel Serrão de não ter compreendido “o verdadeiro sentido do debate em que, por mero dever cívico, andamos empenhados”. Esse dever cívico passava, como se viu, pela afirmação do modelo de intelectual interventivo, como a seguinte condenação do exemplo de duas das mais proeminentes figuras da cultura portuguesa do século

31 Fernando Piteira Santos - “A retórica do concreto e outras retóricas”, *Vértice*, n.º 55, Março 1948, 236-7.

32 Joel Serrão - “Para a compreensão de Antero”, *Seara Nova*, n.ºs 1226-7, 1951, pp. 533-35 e 547.

33 Fernando Piteira Santos - “Carta melancólica”, *Vértice*, n.º 98, Outubro 1951, p. 516.

XIX deixa transparecer: “nem azeiteiros em Vale de Lobos, nem suicidas numa ilha de bruma: nem fugitivos nem derrotados; as cousas e os homens desta terra lusitana merecem mais alguma coisa”. Neste aspecto, Piteira Santos era um herdeiro dos iniciais propósitos seareiros. Não por acaso, recuperava as mesmas imagens de Alexandre Herculano e de Antero de Quental já utilizadas por Raúl Proença para notar a ausência na história contemporânea portuguesa de um “grande mestre da acção moral”, de um “herói até ao fim” que “salvasse” a pátria³⁴.

Esta divergência entre Joel Serrão e Piteira Santos pode ser interpretada à luz das dificuldades de institucionalização de uma historiografia que pretendia conciliar a investigação com actividades cívicas e políticas de oposição ao Estado Novo. Na sua maioria excluídos, de forma voluntária ou forçada, das instituições superiores de investigação e ensino, estes historiadores não deixaram de procurar uma dedicação profissional ao ofício onde se tinham formado. Num tempo, sobretudo após a II Guerra Mundial, de expansão do processo de institucionalização profissional da história, associado também ao processo de democratização do ensino³⁵, ser historiador começou a implicar fazer parte de um círculo de sociabilidades académicas que incluíam centros de investigação, revistas especializadas e encontros científicos subsidiados pelo estado. Nos anos 30 e 40, ainda que timidamente, começou-se a reforçar em Portugal este processo de institucionalização, do qual as criações da Academia Portuguesa da História e da *Revista Portuguesa de História* são exemplos paradigmáticos. Através da leitura de alguma correspondência destes historiadores alheados destas instituições subsidiadas pelo estado, é notória a preocupação pela abertura de bolsas de investigação, pela integração num centro de investigação estrangeiro, pela colaboração em revistas especializadas e por um lugar na docência universitária. Porém, para além daqueles que conseguiram ou optaram por prosseguir uma carreira académica no estrangeiro, essa institucionalização assumiu em Portugal traços de enorme precariedade para os historiadores acima referidos. Sistemáticamente excluídos dos concursos para docentes universitários, poucos conseguiram obter as escassas bolsas promovidas pelo Instituto de Alta

34 Joel Serrão - “Aproximação do pensamento de Raul Proença”, *Seara Nova*, n.º 1512, Outubro 1971, pp. 23-28.

35 Lutz Raphael - *La ciencia histórica en la era de los extremos. Teorías, métodos y tendencias desde 1900 hasta a actualidad*. Saragoça, 2012, p. 40.

Cultura e, mais tarde, pela Fundação Calouste Gulbenkian. Desempenhando outras ocupações profissionais (professorado, advocacia, jornalismo, tradução, etc.), integraram as poucas iniciativas de institucionalização historiográfica que ficaram à margem do apoio estatal. Refiram-se as efémeras Sociedade Portuguesa de História da Civilização e o Centro de Estudos do Século XIX³⁶; alguns projectos editoriais (promovidos pelos Livros Horizonte, Cosmos, Portugália Editora, entre outras) e revistas culturais que contemplavam a história nas suas páginas. Neste contexto, a *Vértice* desempenhou um importante papel na divulgação de correntes historiográficas que normalmente estavam ausentes das universidades, centros de investigação e outros projectos patrocinados pelo estado. Porém, tratando-se de uma revista ecléctica, promoveu concepções de história nem sempre conciliáveis. A polémica entre Piteira Santos e Joel Serrão pode ser interpretada neste contexto.

De qualquer forma, esta separação entre as vertentes cívica e científica não deve ser sobrevalorizada. Nas páginas da *Vértice*, Piteira Santos também associava ao seu tempo a emergência da história-ciência, superando a história artística e ética do passado³⁷. Já nos anos 90, num artigo publicado no *Jornal de Letras* (n.º. 524, 21-27 Junho 1992, 6-7) em resposta a um artigo no qual Borges de Macedo criticava a historiografia marxista, punha sobretudo em relevo, sem negar o comprometimento ideológico, a tarefa de “construir uma história de rigor científico”. Também Joel Serrão insistentemente viria a lembrar a condição cívica do historiador, a sua irreduzível condição de homens do tempo presente³⁸. Unia-os também uma mesma experiência do tempo, de cariz prospectivo, e no qual o presente e futuro se assumiam com centrais na construção histórica. Daí que ambos se tenham também distanciado de um eruditismo sem interpretação nem problematização que o ligasse ao presente, bem como de um revisionismo que lhes parecia a restauração do passado no presente.

Esta polémica enquadra-se, como se referiu, num período de graves polémicas e cisões entre alguns colaboradores da *Vértice*. Ao longo das décadas de 50 e 60,

36 José Neves - *Comunismo e nacionalismo em Portugal (política, cultura e história no século XX)*. Lisboa, 2010, pp. 309-12; José-Augusto França - *Memórias para o ano 2000*. 2.ª ed. Lisboa, 2001, pp. 214-5.

37 Fernando Piteira Santos - “Sobre uma frase de Marc Bloch”, *Vértice*, n.º 50, Setembro 1947, pp. 356-66.

38 Joel Serrão - “Brevíssima reflexão preambular sobre historiografia, ideologia e tempo”, in *A Emigração Portuguesa. Sondagem histórica*. 4.ª ed. Lisboa, 1982, pp. 9-23.

alguns dos mais destacados colaboradores da revista suspendem ou diminuem significativamente a sua presença, muitas vezes em ruptura com o ideário marxista-leninista. Entre os historiadores, destacam-se os casos de Borges de Macedo (abandona a sua colaboração em 1955), Joel Serrão e Piteira Santos (ambos em 1957, só regressando esporadicamente muitos anos depois) e António José Saraiva (em 1965). Ainda assim, outros mantiveram a sua colaboração, mais ou menos frequente, casos de Armando Castro, Óscar Lopes e Luís de Albuquerque. A colaboração deste último deve ser realçada pela dedicação à *Vértice*, publicando aí várias dezenas de artigos, não só sobre história da educação e dos Descobrimentos mas também sobre outros assuntos onde mostrava a amplitude dos seus interesses científicos, culturais e cívicos. Entre 1948 e 1953, desempenhou o cargo de secretário de redacção da revista, contribuindo, sob diversos pseudónimos, para o funcionamento regular da publicação. É sobretudo a partir desta última data que começa a manifestar um especial interesse pela história dos Descobrimentos e expansão ultramarina³⁹, vindo a publicar na *Vértice*, entre 1957 e 1958, a sua *Introdução à história dos descobrimentos*, posteriormente reunido em livro. O seu caso é relevante e excepcional uma vez que conciliou a sua activa colaboração na *Vértice* com a integração, a partir dos anos 1960, em alguns dos principais projectos de investigação no âmbito da história ultramarina: foi colaborador do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, vogal do Centro de Estudos Ultramarinos da Junta de Investigações do Ultramar e participou no Congresso Internacional de História dos Descobrimentos em 1960⁴⁰, do qual fez alguns comentários num artigo publicado na *Vértice*⁴¹.

A saída dos historiadores acima referidos foi sendo colmatada com a entrada de novos colaboradores. Esta mudança saldou-se numa maior atenção à história portuguesa do século XIX, sobretudo através dos artigos publicados por Flausino Torres e Victor de Sá. Dando continuidade ao interesse pelo oitocentismo português que vinha dos anos 40, começava-se a constituir um conjunto relevante de estudiosos que, segundo Flausino Torres, deveriam reunir-se para a constituição de uma

39 Luís de Albuquerque - "Apontamentos sobre os antecedentes da expansão quatrocentista portuguesa", *Vértice*, n.º 121, Setembro 1953, pp. 509-513.

40 Alfredo Pinheiro Marques - "Luís de Albuquerque, historiador", Isabel Pereira, Alfredo Pinheiro Marques e Ana Paula Cardoso (coords.) *Luís de Albuquerque. O homem e a obra*. Figueira da Foz, 1993, pp. 177-210.

41 Luís de Albuquerque - "Sobre alguns problemas mal esclarecidos da história dos descobrimentos", *Vértice*, n.º 209, Fevereiro 1961, pp. 91-100.

indispensável grande obra colectiva sobre o período contemporâneo português⁴². Este interesse renovado pela história contemporânea ocorria num contexto de alterações significativas na sociedade portuguesa, facto que não era omitido por Victor de Sá que o via à luz do “imperativo derivado da crise de consciência cívica de que estamos a dar-nos conta”⁴³. Importava, por isso, o conhecimento da estrutura social na qual os intelectuais comunistas pretendiam intervir⁴⁴.

Em conclusão, deve-se destacar a importância historiográfica da *Vértice* num contexto em que os historiadores ligados à oposição ao Estado Novo se encontraram, por regra, afastados das instituições estatais de ensino e investigação. A par de outras revistas e projectos editoriais, a *Vértice* constituiu-se como um dos espaços privilegiados para a apresentação das ideias e trabalhos de muitos desses historiadores que contribuíram para o aparecimento e consolidação de novas propostas teóricas, metodológicas e conceptuais, muitas delas posteriormente rejeitadas, por vezes pelos próprios. Ainda assim, não deixa de ser significativo que muitos dos historiadores que colaboraram na *Vértice* viessem a assumir, sobretudo a seguir ao 25 de Abril, lugares de docência no ensino superior da história – casos de Joel Serrão, António José Saraiva, Borges de Macedo, Luís de Albuquerque, Victor de Sá, João Medina, António Hespanha, entre outros.

De realçar também que a análise dos textos de história na *Vértice* permite questionar o uso, por vezes acríptico ou não explicitado, da categoria analítica “historiografia marxista”. Se é verdade que existem algumas ideias comuns que conferem pertinência ao seu uso, ele não se pode fundamentar apenas na perfilhação político-partidária dos historiadores visados nem tão-pouco nesse conjunto de ideias gerais que adoptavam. Ainda do ponto de vista historiográfico, podem-se assinalar diferenças quanto à interpretação de certos momentos-chave da história de Portugal e também das concepções e usos da história, como se viu. E se as polémicas e debates historiográficos não foram um meio privilegiado para discutir essas diferenças, elas não deixaram de estar presentes, por vezes de forma implícita.

42 Flausino Torres - “A propósito do ‘Amorim Viana e Proudhon’ de Victor de Sá”, *Vértice*, n.º 209, Fevereiro 1961, p. 110.

43 Victor de Sá - “O neo-realismo no surto actual da ensaística portuguesa”, *Vértice*, n.ºs 234-6, Março-Maio 1963, p. 238.

44 José Neves - *Comunismo e nacionalismo...*, p. 329.

Tal como pode ser constatado no debate sobre diferentes concepções artísticas dos intelectuais que se opuseram ao Estado Novo, também na historiografia não houve uma unanimidade teórica e interpretativa.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Santarém – *Vértice, índice de autores: 1942-1986*. Coimbra: Vértice, 1987.
- ANDRADE, Luís – *Intelectuais, utopia e comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.
- FRANÇA, José-Augusto – *Memórias para o ano 2000*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- HESPANHA, António Manuel - “A história na cultura portuguesa contemporânea”, PERES, Fernando coord. *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento / Fundação de Serralves, 2002, pp. 327-50.
- HOBSBAWM, Eric – *Interesting times. A twentieth-century life*. Londres: Abacus, 2010.
- MADEIRA, João – *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os intelectuais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- MADEIRA, João – “Os novos remexedores da história”, SANTOS, David coord., *Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu do Neo-Realismo, 2007, pp. 304-331.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro – “Luís de Albuquerque, historiador”, PEREIRA, Isabel, MARQUES, Alfredo Pinheiro e CARDOSO, Ana Paula coords. *Luís de Albuquerque. O homem e a obra*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1993, pp. 177-210.
- NEVES, José – *Comunismo e nacionalismo em Portugal (política, cultura e história no século XX)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 303-58.
- NEVES, José – “Marxismo”. MATOS, Sérgio Campos coord. *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo* [em linha]. s/d. [consult. 5 Nov. 2014]. Disponível na internet: http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_marxismo.htm
- PIRES, Daniel – “Vértice”, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1941-1974)*, vol. II, 2º. Tomo. Lisboa: Grifo, 2000, p. 593-632.
- RAMOND, Viviane – *A revista Vértice e o neo-realismo português*. Coimbra: Angelus Novus, 2008.
- RAPHAEL, Lutz – *La ciencia histórica en la era de los extremos. Teorías, métodos y tendencias desde*

1900 hasta a actualidad. Apresentação de Mique Marín Gelabert e tradução de Toni Morant i Ariño. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 2012.

SERRÃO, Joel – “Aproximação do pensamento de Raul Proença”, *Seara Nova*. Lisboa, n.º 1512 (Outubro 1971) pp. 23-28.

SERRÃO, Joel – “Brevíssima reflexão preambular sobre historiografia, ideologia e tempo”, in *A Emigração Portuguesa. Sondagem histórica*. 4ª. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982 [1ª. ed., 1972], pp. 9-23.



HISTORIOGRAFIA E RES PUBLICA

Em contacto com as suas congéneres europeias e muito marcada pela herança clássica e cristã, a historiografia portuguesa foi até meados do século XX um campo privilegiado de expressão de concepções organicistas, centradas na dicotomia progresso e outros pré-conceitos que têm permeado os discursos sobre a transformação social. Historiadores liberais e positivistas de diversos matizes contribuíram para acentuar estes enfoques. Foram-se entretanto afirmando visões críticas do evolucionismo, assinalando-se continuidades mas também rupturas, diferentes expressões de resistência ao positivismo, mediante um debate transdisciplinar que envolveu abertura a outras ciências humanas e múltiplas orientações teóricas: *Annales*, interpretações marxistas, estruturalismo, *linguistic-turn*.

Pretende-se nesta obra alargar o conhecimento acerca das historiografias e dos historiadores dos séculos XIX e XX - sem esquecer os seus antecedentes e tendências recentes como a história global - nas suas relações com o espaço público e a cidadania, problematizar a sua função social e cultural, tendo em atenção as relações transnacionais e os contextos em que produziram as suas obras. A partir de tópicos-chave, tecem-se balanços críticos sectoriais sobre a historiografia portuguesa, os modos de recepção de debates históricos internacionais, o lugar dos historiadores e a forma como nas suas escritas, da Revolução liberal à actualidade, se estruturaram olhares sobre Portugal na sua relação com outros povos. Em que medida presente e futuro condicionaram a construção social do passado? Qual o horizonte diferencial que os historiadores reconheceram ao passado? Como lidaram com a aceleração das experiências do tempo?

A colecção Historiographica dá a conhecer estudos sobre historiografias e historiadores, a construção de memórias sociais e individuais e usos instrumentais do passado - a sempre complexa relação entre presente, passado e futuro, nas suas relações contextuais com problemas sociais e políticos. Abrange múltiplos tempos e geografias e incentiva a aproximação entre diversas ciências sociais e humanas.



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

Direcção de
Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (orgs.)

2017

**HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM**

Daniel Estudante Protásio (coord.)

2018

CH

CENTRO DE HISTÓRIA

CEMRI  UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

 LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA